



Mesa do Senado determina novos cortes de despesas

Casa vai passar a cobrar taxa de ocupação de imóveis funcionais cedidos, o que deve gerar arrecadação de R\$ 2,3 milhões anuais. Também foi decidida a redução nas chamadas telefônicas interurbanas e novos mecanismos de transparência e controle dos gastos com verbas indenizatórias

Jane de Araújo/Agência Senado



Renan Calheiros coordena reunião da Mesa em que foram determinados novos cortes de gastos na estrutura administrativa do Senado

Em reunião na manhã de ontem, a Mesa do Senado aprovou novas medidas para aprofundar as reformas administrativas na Casa. O presidente, Renan Calheiros, disse que o ciclo de ajustes, iniciado há dois meses, tem por objetivo buscar um Senado “menor em sua estrutura administrativa, mas com maior eficiência”. O senador lembrou que, nesse período, foram tomadas medidas que, em conjunto, gerarão uma economia de cerca de R\$ 300 milhões nos próximos dois anos. **2**

Indicado ao CNJ diz que Congresso pode criar novos tribunais 7

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Vender bebida a menor poderá gerar até 4 anos de detenção

Segue para a Câmara projeto aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça. **5**

Autor do projeto, Humberto (D) conversa com Braga (E), Amorim e Viana, em reunião na CCJ

Comissão aprova MP que expande Pronatec para rede privada 9

Relator aceita emenda que prevê fiscalização 24 horas em portos 12

Especialista: país tem “visão turva” sobre energia eólica 10

Desoneração da cesta básica reduz inflação, avalia Fiesp 11

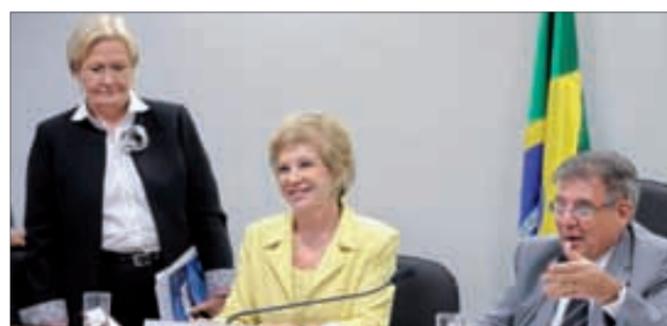
Críticas à impunidade no campo marcam debate na CDH 4

Lobão Filho quer Regimento Interno mais moderno 6



Porto de Vitória: MP em análise no Congresso muda regras de funcionamento dos portos

Izains Busnini/CC



Ministra da Cultura, Marta Suplicy, entre Ana Amélia e Cyro Miranda, na CE

Para Marta, população quer “alimentar a alma”

A cultura tornou-se um bem de primeira necessidade, disse a ministra da

área, Marta Suplicy, em audiência na Comissão de Educação ontem. **3**

Marcos Oliveira/Agência Senado

Senado vai cobrar aluguel dos imóveis funcionais

Novas medidas de redução de custos incluem também a limitação de chamadas telefônicas interurbanas. Concurso público foi prorrogado, mas nomeações só serão autorizadas após análise

EM REUNIÃO CONVOCADA pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, a Mesa da Casa decidiu, ontem, fazer novos cortes de despesas. Foi aprovado ato determinando a cobrança de taxa de ocupação de apartamentos funcionais que hoje estão sendo usados por outras autoridades que não senadores. Segundo a Diretoria-Geral, dos 72 apartamentos do Senado, 21 vêm sendo ocupados por ministros de tribunais superiores. A Mesa decidiu que será cobrada uma taxa no valor total de R\$ 8.885 por mês, o que deve gerar uma arrecadação de R\$ 2,3 milhões por ano aos

cofres do Senado. No prazo de um ano, os imóveis deverão ser retomados.

Foi determinada a limitação em 30% dos ramais telefônicos da área administrativa da Casa que realizam chamadas interurbanas e internacionais, e de ligações para telefones celulares. Segundo a diretoria-geral do Senado, Doris Peixoto, a medida vai gerar uma economia de mais de R\$ 1 milhão por ano.

A Mesa do Senado decidiu que, a partir de agora, deverá ser informado no Portal da Transparência a descrição do bem ou serviço contratado com a verba indenizatória.

Antes era obrigatória apenas a divulgação da data, valor e o nome da empresa contratada.

Também ficou acertado que as comissões técnicas não parlamentares deverão se reunir exclusivamente em Brasília.

Renan Calheiros anunciou a prorrogação, por mais um ano, da validade do último concurso público realizado pelo Senado. As nomeações ficarão suspensas por 180 dias, para que a administração analise a necessidade de contratações.

A Mesa também decidiu fazer cessão não onerosa de equipamentos hospitalares do Serviço Médico do Senado a hospitais públicos do DF.



Renan Calheiros preside reunião da Mesa, que adotou novas medidas de transparência nas despesas do Senado

Estrutura menor com maior eficiência, diz Renan

Os novos cortes de gastos foram comunicados por Renan Calheiros ao Plenário, à tarde. Ele disse que o ciclo de reformas iniciado há dois meses tem por objetivo buscar um Senado “menor em sua estrutura administrativa, mas com maior eficiência”.

O senador lembrou que, nos últimos dois meses, foi eliminado o pagamento dos 14º e 15º salários aos parlamentares e estabelecida a redução de 25% das funções de chefia e assessoramento, além de outras medidas que, em conjunto, gerarão uma economia de R\$ 300 milhões nos próximos dois anos:

— Extinguimos e fundimos estruturas administrativas, revisamos contratos de mão de obra, ampliamos a jornada corrida para sete horas, eliminamos o atendimento ambulatorial no serviço médico, cancelamos a compra de kits de informática às câmaras municipais — resumiu.

Além de anunciar os cortes decididos ontem, Renan disse que a Mesa ouvirá todos os senadores com relação à renovação do contrato de clipping (seleção de reportagens publicadas na mídia) com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). O custo do serviço aumentou em quase 200%.

Apesar de a validade do último concurso público ter sido renovada, as nomeações estão suspensas e a Mesa decidiu acabar com a lotação dos servidores remanescentes do extinto Senadinho, no Rio de Janeiro.

Renan destacou ainda a criação da Secretaria de Transparência e a aprovação de propostas como a PEC das Domésticas, o Estatuto da Juventude, a obrigatoriedade da discriminação dos impostos na nota fiscal e a aprovação da prestação de contas anual ao Senado por parte dos dirigentes das agências reguladoras, entre outras ações.

Casa aprova metas e planejamento estratégico

Para se tornar referência em gestão pública e aproximar mais o Senado da sociedade, a Comissão Diretora aprovou ontem o Planejamento Estratégico do Senado Federal.

Composto do Mapa Estratégico Institucional 2013–2023 (<http://bit.ly/mapaEstrategico>) e do Plano de Metas da Administração 2013–2016 (<http://bit.ly/planoMetasCompleto>), o

planejamento tem como objetivo dar continuidade administrativa e servir de norte para o Senado nos próximos anos.

Elaborado pela Diretoria-Geral, o plano estratégico inclui metas de curto, médio e longo prazos. Entre as de curto prazo, estão a ampliação do serviço de atendimento ao usuário e o desenvolvimento de um portal do Congresso.

A elaboração do plano estratégico contou com a participação de todos os setores do Senado.

— Pretendemos fazer com que os nossos gerentes entendam que estamos sempre pensando em um objetivo comum, onde os custos são importantes e as prioridades estão traçadas — explica a diretoria-geral, Doris Peixoto.

Lobão Filho pede definição de relatores do Orçamento

Os líderes partidários não chegaram a um acordo para a escolha dos relatores da Comissão Mista de Orçamento (CMO). A definição tem que ocorrer até o dia 25, quando termina o prazo definido ontem pelo novo presidente da CMO, senador Lobão Filho (PMDB-MA).

— Marquei essa data para forçar a indicação dos nomes e, assim, podermos negociar em cima de algo concreto.

O único nome de consenso é o do deputado Miguel Corrêa (PT-MG), para relator-geral do Orçamento. Falta definir quem será o relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que o governo enviou ao Congresso nesta semana, e os relatores setoriais.

Comissões vão indicar agenda com os projetos prioritários

Em reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, os presidentes das comissões permanentes acertaram a elaboração de agenda de votação com os projetos prioritários em tramitação na Casa.

Segundo Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), matérias como as novas regras do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a reforma política merecem atenção especial.

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), destacou a mudança na indexação das dívidas dos estados e a desoneração de passagens dos transportes urbanos.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário depois das 18h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta continua trancada pelas Medidas Provisórias 589/2012 e 594/2012. A primeira trata do refinanciamento de dívidas com a Previdência; a outra amplia o limite de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento.

PRESIDÊNCIA Sessão plenária

16h O senador Renan Calheiros preside a ordem do dia da sessão plenária.

CDH Povos indígenas

8h30 A situação dos povos indígenas e os principais problemas que afetam essas comunidades serão tema de debate na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

CRA Propostas da CNA

8h30 A Comissão de Agricultura faz reunião de trabalho para conhecer propostas da CNA ao Plano Agrícola e Pecuário 2013–2014 do Ministério da Agricultura.

SISTEMA DE SAÚDE Conselhos

9h Comissão temporária destinada a propor soluções para o financiamento da saúde ouve presidentes de dois conselhos nacionais: o de Secretários de Saúde e o de Secretarias Municipais de Saúde.

CRE Sabatinas

9h30 Senadores da Comissão de Relações Exteriores sabatinam Edgard Antonio Casciano, para a embaixada na Grécia, e Regina Maria Cordeiro Dunlop, para delegada permanente em Genebra.

CE Vereadores e a educação

10h Debate sobre situação dos vereadores na ótica da educação tem consultor jurídico da União dos Vereadores do Brasil, Anderson Alarcon, entre os convidados.

CCJ Funções comissionadas no TRT

10h Analisa criação de funções comissionadas na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região e indicação de Marcelo Ferra de Carvalho para o CNMP.

REGULAMENTAÇÃO DE LEIS EC 72/2013

14h Comissão mista destinada a consolidar a legislação federal avalia proposta de regulamentação da EC 72/2013, sobre direitos dos empregados domésticos.

COMBATE A INCÊNDIOS Audiência

14h30 A comissão temporária de prevenção e combate a incêndios promove audiência pública. Convidada a secretária nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, Regina de Luca Miki.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h30**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, às **8h30**, **reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária** e, na sequência, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Marta destaca demanda crescente por cultura

Em audiência pública, ministra falou sobre as prioridades da pasta para este ano, como os Centros de Artes e Esportes Unificados, o vale-cultura e o mapeamento e o fomento da economia criativa

A CULTURA TORNOU-SE um bem de primeira necessidade, disse a ministra da Cultura, Marta Suplicy, em audiência ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Segundo ela, “a população mais carente percebeu que é hora de alimentar a alma”.

Questionada por Lídice da Mata (PSB-BA) sobre dificuldades para manutenção dos Centros de Artes e Esportes Unificados (Ceus) — construídos pelo governo federal e custeados pelas prefeituras —, Marta sugeriu a criação de consórcios entre municípios pequenos para gerir determinado centro com abrangência regional.

A ministra prometeu apoiar proposta de Kátia Abreu (PSD-TO) de produção de programas de rádio para disseminação da cultura e elogiou a iniciativa do Serviço Nacional de Aprendizado Rural (Senar), presidido pela senadora, de exibir cinema em pequenas comunidades. Pesquisa do Ibope mostrou



Cyro preside audiência em que Marta Suplicy apresenta ações do ministério

que 90% dos municípios não têm salas para exibição de filmes, 87% dos brasileiros não frequentam salas de cinema e 92% nunca foram a um museu. Ana Amélia (PP-RS) questionou a ministra sobre a eficácia de instrumentos como o vale-cultura, criado pela Lei 12.761/2012, para a mudança desse cenário. Marta disse que excluiu a TV por assinatura do vale-cultura porque deseja que as pessoas possam “viver

novas experiências”.

A ministra anunciou parcerias com universidades e com o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) para mapeamento da chamada economia criativa, definida pelo autor inglês John Howkins como a exploração do valor econômico da imaginação. Informou também que o ministério está elaborando alguns editais de fomento de áreas já identificadas.

Ministra defende reforma da Lei Rouanet

Marta Suplicy defendeu uma reforma na Lei Rouanet (Lei 8.313/1991, de incentivo à cultura) e disse ter pedido a José Sarney para ser o relator da proposta — PL 6.722/2010, na Câmara — quando ela chegar ao Senado.

A ministra contou que, quando assumiu o Ministério da Cultura, notou que quase não existiam projetos

incentivados pela Lei Rouanet em benefício de negros e que os poucos que existiam não conseguiam captar recursos. Por isso, a pasta lançou editais específicos para negros, “com sucesso retumbante”.

Marta respaldou o apoio de Eduardo Suplicy (PT-SP) à construção do aeroporto internacional de São Raimundo Nonato (PI), cidade que abriga

um tesouro arqueológico conhecido no mundo inteiro. Na opinião dela, o aeroporto pode colocar o Brasil no centro de uma rota cultural muito expressiva, com enorme impacto na cidade e na região.

A audiência foi coordenada pelo presidente da CE, Cyro Miranda (PSDB-GO), um dos autores do requerimento do convite à ministra.

Criação de universidade no sul da BA passa em 2 comissões

O projeto de lei que cria a Universidade Federal do Sul da Bahia (Ufesba), com sede em Itabuna e campi em Porto Seguro e Teixeira de Freitas, foi aprovado ontem pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). Falta agora a aprovação do Plenário.

Apresentado pela Presidência

da República, o PLC 12/2013 já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

A expectativa é que a universidade atenda mais de 11 mil alunos em 36 cursos. Para Walter Pinheiro (PT-BA), relator do projeto na CCJ, a iniciativa representa “não apenas um instrumento de inclusão social, mas também um fator de

desenvolvimento e integração do sul da Bahia”.

Lídice da Mata (PSB-BA), relatora na CE, destacou a importância da universidade para uma região “ainda carente de vagas em cursos de nível superior”.

A previsão do governo é que o início das atividades da Ufesba aconteça em 2014.

Lídice espera aprovação da universidade em Plenário



Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou a aprovação, ontem, em duas comissões do Senado, da criação da Universidade Federal do Sul da Bahia.

Para ela, a nova universidade

deverá atender uma região de 48 municípios e uma população de mais de 1,5 milhão de habitantes. Para os 66 mil alunos do ensino médio na rede pública da região, são oferecidas apenas 1.500 vagas no ensino superior.

A nova universidade, explicou a senadora, vai formar parcerias para a oferta de cursos

superiores tecnológicos.

A parlamentar ainda destacou que a nova instituição “impacta positivamente” não só a Bahia, mas também o Espírito Santo, estado fronteiriço.

— Esperamos em breve que este Plenário possa consagrar esse desejo do povo baiano e da presidente da República — concluiu.

Cristovam quer cobrar envolvimento dos pais com a educação dos filhos

O descaso com a educação das crianças é a “mais dramática” forma de corrupção, afirmou Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador manifestou a frustração com o governo federal, que teria pressionado os membros da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara a rejeitar o projeto que obrigaria os pais que recebem a Bolsa Família a visitar as escolas dos filhos.

Cristovam contestou os argumentos apresentados na Câmara de que “os pobres não sabem conversar com os professores” e que a escola está longe da moradia dos responsáveis pelos alunos.

— É preciso fazer com que os pais se envolvam na educação dos filhos, mesmo que



Descaso com educação é uma forma de corrupção, afirma Cristovam

por um auxílio financeiro pequenininho — disse.

O senador lembrou que há 18 anos teve início no Distrito Federal o projeto de Bolsa Escola, de sua autoria, que foi levado à esfera federal, mas depois “a escola foi abandonada no plano de transferência de renda”.

Despesas com qualificação de pessoal podem ficar isentas de contribuição

As despesas do empregador com educação e qualificação dos funcionários podem deixar de ser consideradas parte do salário de contribuição e, com isso, deixarão de sofrer incidência de encargos previdenciários. É o que determina projeto (PLS 515/2011) de Paulo Bauer (PSDB-SC), aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na forma de substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE).

O texto tramita em conjunto com o PLS 530/2011, de Casildo Maldaner (PMDB-SC), e terá de voltar à comissão para votação em turno suplementar. A decisão da CAS será terminativa. O projeto, portanto, deve seguir depois direto para a Câmara.



Bauer: hoje, a carga tributária inibe investimento em educação laboral

Bauer afirmou que os empresários do país têm disposição para contribuir com a qualificação dos trabalhadores. No entanto, a carga previdenciária incidente sobre essas despesas — consideradas salário indireto — inibe o investimento em educação laboral.

Turismo durante a Jornada Mundial da Juventude e eventos esportivos

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado (CDR) debaterá os preparativos que estão sendo feitos para receber as milhares de pessoas que estarão no país durante a Jornada Mundial da Juventude (JMJ), da Igreja Católica (de 23 a 28 de julho, no Rio de Janeiro), nos jogos da Copa das Confederações deste ano e na Copa do Mundo de 2014. O requerimento para a audiência é de Lídice da Mata (PSB-BA).

Serão convidados para o debate o ministro do Turismo, Gastão Vieira, o presidente da Embratur, Flávio Dino, e o presidente do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes

Estaduais de Turismo (Forntatur), Ronald Azaro. A data da audiência ainda não foi marcada.

Os organizadores da JMJ calculam que cerca de 2 milhões de peregrinos do Brasil e do mundo irão ao evento, que deverá contar com a presença do papa Francisco. Milhares deles chegarão já na semana anterior e tomarão parte em atividades nas mais de 200 dioceses espalhadas por todos o país. A Copa das Confederações vai acontecer em junho, com jogos no Rio de Janeiro, Brasília, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Fortaleza. De acordo com a Fifa, já foram vendidos cerca de 550 mil ingressos.

“Modelo econômico gera conflitos no campo”

Debatedores em audiência da Comissão de Direitos Humanos avaliam que violência está ligada à concentração fundiária, à impunidade e à lentidão do Poder Judiciário

MARCANDO OS 17 anos do massacre de Eldorado dos Carajás — conflito com policiais militares, no Pará, que resultou na morte de 19 trabalhadores sem-terra em 1996 —, a audiência da Comissão de Direitos Humanos (CDH) ontem foi marcada por críticas à impunidade e à morosidade da Justiça, que estimulariam a continuidade da violência.

Antonio Escrivão Filho, da organização de direitos humanos Terra de Direitos, atribuiu a violência no campo ao descumprimento da função social da terra e classificou a impunidade como “padrão institucional” do Estado brasileiro diante das violações de direitos dos “povos da terra”:

— Quando mandantes percebem que o Estado não tem vontade política para investigar esses crimes, sentem-se estimulados para cometer mais crimes — afirmou.

Para ele, o Judiciário ainda resiste a dialogar com os movimentos sociais, quando precisaria dar tratamento especial às ações coletivas fundiárias e se afastar da cultura do despejo forçado.

Alessandra Lunas, vice-presidente da Confederação



Presidente da CDH, Ana Rita (C) coordena discussão com líderes de movimentos ligados ao campo, que lembraram os 17 anos do massacre de Eldorado dos Carajás

Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), criticou o “modelo de desenvolvimento concentrador”, que gera conflitos agrários — conforme ressaltou, a África e a América Latina registram os maiores índices de violência no campo — e que se põe como desafio para os movimentos sociais e o governo. Ela defendeu que é preciso disseminar a consciência de que a concentração de terras “vai doer no bolso” do povo. Pediu ainda a federalização do julgamento de conflitos agrários.

Elisângela dos Santos Araújo, da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

(Fetraf), considera fundamental para o Brasil avançar na reforma agrária. Ela alertou para a violência no campo, que atinge mais os negros e as mulheres, e disse que essa violência não é vista devidamente pela sociedade:

— Para nós, tudo isso tem um sentido: o modelo de produção que temos no país, que destrói a natureza e apresenta uma grande concentração fundiária — afirmou, denunciando a “estrangeirização” das terras brasileiras.

A persistência dos conflitos agrários, segundo ela, desafia as políticas dos governos de Lula e Dilma Rousseff quanto à agricultura familiar e ao

fortalecimento dos assentamentos.

Por sua vez, Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, lamentou que, 17 anos depois de Eldorado dos Carajás, o Judiciário ainda seja “classista” e “criminalizador dos movimentos sociais”. Ele criticou a lentidão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) nas desapropriações de terras e cobrou a discussão de um modelo alternativo ao agronegócio:

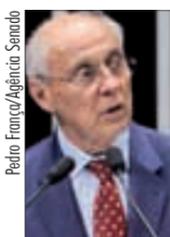
— Reforma agrária não é um programa compensatório, mas um programa para produzir alimento barato e saudável.

Antônio Canuto, da Comissão Pastoral da Terra, divulgou

dados do relatório anual da entidade, salientando o aumento de 24% dos assassinatos de trabalhadores rurais entre 2011 e 2012. Ele criticou os parlamentares da bancada ruralista, que, na opinião dele, têm impedido o avanço da luta dos trabalhadores.

Já o representante do Incra na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, Cláudio Rodrigues Braga, sublinhou que a lentidão do Judiciário em conflitos agrários aumenta onde a distribuição de renda é pior. Na avaliação dele, o Estado tem que ter muita habilidade para atuar de “forma harmônica” nesses casos.

Suplicy recorda massacre de sem-terras no Pará



Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou ontem os 17 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, no

sul do Pará. Dezenove trabalhadores rurais sem-terra foram mortos e 70 ficaram feridos numa ação de policiais militares para retirar 1.500 manifestantes da BR-155, que protestavam contra a demora na desapropriação de terras da região.

Suplicy registrou audiência realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos do Senado para marcar a data, que passou ser o Dia Mundial de Luta pela Terra.

O senador revelou que as 700 famílias que foram assentadas, dois anos depois do massacre, estão sem apoio para produzir. Alguns venderam os lotes e foram embora, outros arrendaram a área porque não há trabalho, muitos estão endividados com os bancos.

Ele destacou que não basta repartir a terra, é preciso fornecer instrumentos para desenvolver uma agricultura sustentável.

Davim faz apelo pela preservação da cultura indígena



Ao comemorar antecipadamente em Plenário o Dia do Índio — celebrado amanhã — Paulo Davim

(PV-RN) fez um apelo ontem a todas as autoridades brasileiras competentes para que se empenhem em garantir aos índios brasileiros o direito à terra e à preservação da cultura.

O parlamentar considerou inaceitáveis as condições precárias de vida a que vários grupos indígenas em todo o Brasil estão submetidos. Davim deu como exemplo a situação dos índios guaranis-caiuás, de Mato Grosso do Sul, que têm morrido na luta pela conservação das próprias terras e também pela falta de condições materiais mínimas para a sobrevivência do grupo.

Na avaliação do senador, mesmo com os importantes esforços que o poder público tem despendido, nas duas últimas décadas, na proteção aos indígenas, muitos avanços ainda precisam ser conquistados.

Alvaro pede rapidez no julgamento de Raposa Serra do Sol



Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou ontem a importância da rapidez nos desdobramentos do

julgamento da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Alvaro relatou encontro com o presidente do STF, Joaquim Barbosa, com essa finalidade. O senador afirmou que a demora no julgamento do caso impede a resolução de outros conflitos em vários estados brasileiros.

— Joaquim Barbosa justificou que o relator desse processo, ministro Ayres Britto, deixou o STF em razão de aposentadoria e não houve ainda designação do substituto — disse.

O senador ainda registrou que, no encontro com Joaquim Barbosa, apresentou o apelo dos aposentados do Aerus, fundo de pensão de ex-funcionários da Varig e da Transbrasil. Ele narrou que há um cenário de injustiça vivido por esses trabalhadores e que a União se recusa a atender os direitos deles.

Casildo quer mais rigor do governo sobre frigoríficos



Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou do governo a criação de uma política nacional “consistente, integrada e

de longo prazo” para regular e fiscalizar a produção de carne.

Para o senador, o Ministério da Agricultura precisa criar parcerias com estados e municípios para garantir o respeito às normas sanitárias dos abatedouros e frigoríficos.

Ele lembrou que a revista *IstoÉ* publicou recentemente um reportagem mostrando que 30% da carne consumida no Brasil não passa por nenhum tipo de fiscalização sanitária.

— E, pior ainda, mais de dois terços desses produtos não fiscalizados têm origem em frigoríficos e abatedouros devidamente legalizados. O grande problema, além da atuação dos clandestinos, está na dificuldade de fiscalização.

Para o senador, a solução seria uma parceria entre todas as esferas públicas para unificar as regras sanitárias, capacitar as estruturas de fiscalização e fornecer linhas de crédito para frigoríficos e abatedouros.

Jorge Viana agradece envio de força-tarefa para haitianos no Acre



O envio de uma força-tarefa do governo federal para regularizar a permanência de imigrantes

haitianos que estavam vivendo clandestinamente na cidade de Brasileia, no Acre, foi comemorado por Jorge Viana (PT-AC).

O senador agradeceu o apoio recebido da presidente Dilma Rousseff e de vários ministérios. Viana lembrou ter feito vários pronunciamentos em Plenário e ter-se reunido com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e com a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, solicitando ajuda para resolver o problema.

O senador informou que a equipe de servidores enviada ao Acre providenciou, em três dias de trabalho, a emissão de 1.123 CPFs e 852 carteiras de trabalho para os haitianos, tornando possível, assim, o deslocamento para outros estados brasileiros em busca de trabalho. Além disso, informou, foram aplicadas mais de 2 mil vacinas e realizados centenas de testes de aids.



Felipe Berra/Agência Senado

Pelo texto, estabelecimento que não respeitar o limite de idade ficará interdito até pagar multa de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil



Gerardo Magela/Agência Senado

Autor do projeto, Humberto Costa quer resolver controvérsia jurídica

Venda de bebida alcoólica a menor poderá causar até 4 anos de detenção

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça segue direto para a Câmara se não houver recurso para votação em Plenário

QUEM VENDER OU fornecer bebida alcoólica a menor de 18 anos poderá ser punido com detenção de dois a quatro anos. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 508/2011 foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em decisão terminativa. Ou seja, se não houver recurso

para votação pelo Plenário do Senado, seguirá direto análise da Câmara dos Deputados.

O projeto de Humberto Costa (PT-PE), que recebeu substitutivo de Benedito de Lira (PP-AL), refere-se também a outros produtos cujo consumo provoca dependência física ou psíquica.

O objetivo da proposta é resolver uma controvérsia jurídica sobre o enquadramento mais apropriado para essa infração: se contravenção ou crime. Por isso, prevê a revogação de dispositivo da Lei das Contravenções Penais que vinha permitindo uma punição mais branda.

O texto aprovado altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para fixar também multa de R\$ 3 mil a R\$ 10 mil ao estabelecimento que fornecer bebidas alcoólicas a menores de 18 anos. Enquanto não recolher a multa, o estabelecimento ficará interdito.

Projeto destina 30% das multas de trânsito a Fundo Nacional de Saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto que destina 30% da receita arrecadada em multas de trânsito ao Fundo Nacional de Saúde. O autor da proposição (PLS 426/2012), Eduardo Amorim (PSC-SE), argumenta que o país vive uma “epidemia” de acidentes de trânsito, que resulta em perda de vidas e onera o sistema de saúde. A proposta segue para

votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

A arrecadação de multas de trânsito este ano está prevista em mais de R\$ 200 milhões no Rio de Janeiro e acima de R\$ 1 bilhão em São Paulo, informou Amorim.

— Nada mais justo que uma parte da arrecadação com multas de trânsito venha a suprir, ainda que apenas parcialmente, tão urgente

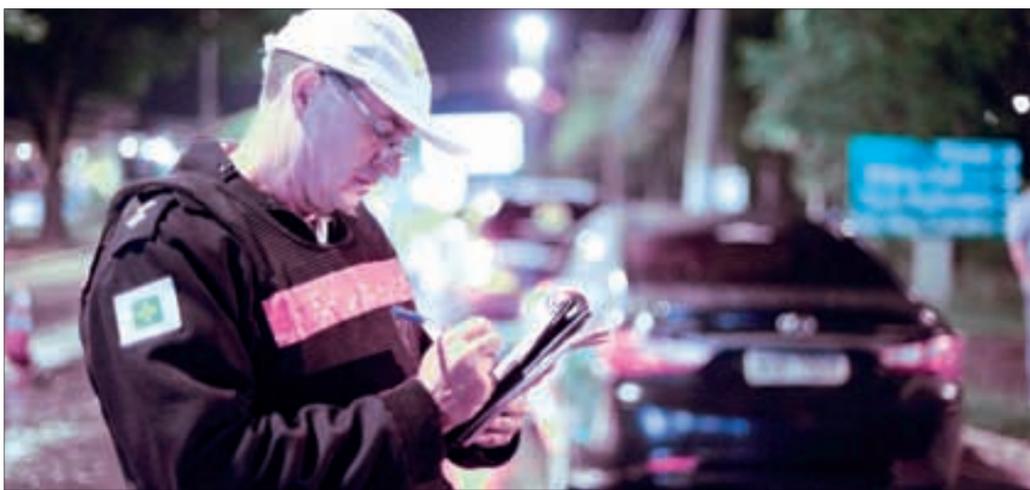
necessidade — afirmou.

Dados do Ministério da Saúde citados pelo autor, relativos a 2010, indicam que naquele ano foram realizadas 145.920 internações de vítimas de trânsito financiadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 2011, a quantidade de vítimas internadas subiu para 153.565, o que gerou um custo adicional de R\$ 200 milhões. Amorim disse ainda que cerca de 30%

dos leitos de prontos-socorros têm sido ocupados por vítimas de acidentes de trânsito, com morte de 25% dos condutores internados.

A proposta inicial de Amorim destina os recursos diretamente ao SUS. Mas emenda apresentada pelo relator, Sérgio Petecão (PSD-AC), transfere os recursos ao Fundo Nacional de Saúde.

O relator ressaltou que a magnitude do problema dos acidentes de trânsito no país justifica a aprovação do projeto. Petecão afirmou que, em grande parte dos casos, a assistência às vítimas envolve procedimentos de alta complexidade e alto custo. Ele acrescentou que 50% da receita arrecadada com o seguro obrigatório de trânsito — o Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) — custeiam assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito.



Pedro França/Agência Senado

Multas de trânsito devem resultar em arrecadação de R\$ 1 bilhão em São Paulo até dezembro, segundo Eduardo Amorim

Comissão aprova regras para motoristas de ambulância

Motoristas de veículos de emergência, como ambulâncias, poderão contar com um regulamento próprio. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 105/2012) que assegura à categoria, por exemplo, treinamentos especializados e reciclagem em

cursos específicos de condução de veículos de emergência a cada cinco anos.

A proposta original estabelece a obrigatoriedade de o empregador bancar a capacitação. E o relator na CCJ, Paulo Bauer (PSDB-SC), inseriu no texto a exigência de que a formação seja oferecida a cada cinco anos. A garantia de seguro para

cobertura de riscos inerentes à atividade é outro benefício previsto no PLC 105/2012.

“A edição de normas que qualifiquem o empregado, e dele retirem os riscos da atividade econômica, contribui para a melhoria das condições de labor dos trabalhadores brasileiros, merecendo, pois, o endosso por parte do Poder

Legislativo”, avalia Bauer.

O projeto impõe a quem desrespeitar o regulamento multa de R\$ 1 mil por condutor, aplicada em dobro em caso de reincidência, oposição à fiscalização ou desacato à autoridade. Como foram aprovadas mudanças no texto original, o projeto voltará a ser analisado pela Câmara.

Proposta estipula exame mental para crianças até 18 meses

O Sistema Único de Saúde (SUS) poderá ser obrigado a fazer avaliação psíquica em todas as crianças até



José Cruz/Agência Senado

os 18 meses de vida. Projeto (PLS 451/2011) de Ângela Portela (PT-RR) foi aprovado ontem em votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Se não houver recurso para votação em Plenário, segue para a Câmara.

A senadora (foto) disse que o SUS poderá criar um instrumento de avaliação próprio ou aplicar o protocolo IRDI, desenvolvido por pesquisadores brasileiros para avaliar e identificar riscos.

A relatora, Ana Rita (PT-ES), disse não haver informações precisas sobre casos, mas ressaltou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que entre 10% e 20% das crianças até 18 meses sofram transtornos no desenvolvimento mental.

— O problema não tem sido alvo da merecida atenção por parte dos serviços de saúde — disse Ana Rita.

Pinheiro destaca parceria público-privada em hospital

Walter Pinheiro (PT-BA) registrou ontem, em Plenário, a terceira premiação internacional do Hospital do Subúrbio, de Salvador, que se destaca como experiência de sucesso de parceria público-privada (PPP).

O prêmio será entregue hoje em Washington (EUA) pelo Banco Mundial, que classificou o hospital entre os dez melhores projetos de PPP da América Latina e do Caribe.

Pinheiro disse que essa foi a primeira unidade hospitalar pública do Brasil viabilizada por meio de PPP. Ele frisou que a Bahia também investe na execução do Instituto Couto Maia, da Arena Fonte Nova e do metrô de Salvador e Lauro de Freitas.

— É um importante movimento nessa linha para que a gente consagre essa política com a parceria público-privada e possamos de uma vez por todas interferir positivamente na cidade de Salvador — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Senadores terão prazo para retirar apoio a propostas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem prazo limite para senadores retirarem apoio de uma matéria de autoria coletiva, como uma proposta de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI). Projeto de resolução (PRS 78/2007) do ex-senador Papaléo Paes altera dispositivos do Regimento Interno do Senado e só admite a retirada de assinatura de apoio até a apresentação da proposta à Secretaria-Geral da Mesa.

Favorável à aprovação, o relator, Pedro Taques (PDT-MT), considerou a medida importante para proteger a imagem do Senado e a dos senadores.

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a retirada tardia tem contribuído para a “desmoralização do Parlamento”, enquanto o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) considerou inadivável tornar explícito esse impedimento.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também se declararam a favor da matéria, que segue, agora, para deliberação da Comissão Diretora.

Apreciação do voto distrital para vereador é adiada



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Após entendimento entre o relator, Pedro Taques (PDT-MT), e o autor, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), foi adiada a votação de projeto de lei do Senado (PLS 145/2011) que introduz o voto distrital nas eleições para vereador em cidades com mais de 200 mil eleitores. A proposta seria votada em decisão terminativa ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), comunicou que o PLS 145/2011 será o primeiro item da pauta da reunião de quarta-feira.

Se for introduzida essa mudança no Código Eleitoral, deverá ser definida uma quantidade de distritos por município equivalente ao número de vagas na respectiva câmara de vereadores e cada partido ou coligação só poderá lançar um candidato por distrito.

— Um vereador pode defender bem os interesses da cidade ao defender a população do bairro em que reside — sustenta Taques no relatório.



Relator, Lobão Filho lê a síntese de sua proposta ao lado do deputado Cândido Vaccarezza e de Romero Jucá

Lobão Filho quer agilizar tramitação de projetos

Relator do projeto de novo Regimento Interno do Senado informa em comissão mudanças que vai propor em substitutivo a texto de 2008

O REGIMENTO INTERNO do Senado poderá mudar para modernizar o processo legislativo e dar mais rapidez às propostas, democratizando a participação dos parlamentares. As sugestões foram apresentadas ontem por Lobão Filho (PMDB-MA) em reunião da comissão mista especial que estuda mudanças no Regimento Comum do Congresso.

O senador anunciou que apresentará substitutivo com medidas para aprimorar o texto original, elaborado por uma comissão especial

criada em 2008. Entre as medidas que pretende sugerir, ele destaca regras para dar mais eficiência à votação de projetos, racionalizar o funcionamento das comissões, fortalecer o papel de cada parlamentar, regular o uso da palavra em Plenário e ampliar o tempo para deliberações da ordem do dia. Também quer ampliar mecanismos do processo legislativo eletrônico e reforçar a função fiscalizadora do Legislativo.

Lobão é relator, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 17/2009, que institui o novo Regimento Interno do Senado. Com o objetivo de integrar as reformas do Regimento Comum do Congresso e do Regimento Interno do

Senado, ele apresentou aos integrantes da comissão mista especial uma síntese do substitutivo que pretende submeter à CCJ.

Para o senador, os dois regimentos estão bastante defasados. Ele lembra que ambos foram adotados em 1970, durante a ditadura militar e no contexto do fechamento do Congresso Nacional, de 1968 a 1969, e da edição do Ato Institucional 5. Apesar de reconhecer adaptações feitas nas regras de funcionamento do Legislativo desde o fim do regime militar, Lobão diz ainda haver “disposições normativas inspiradas numa concepção política que privilegia a centralização do poder”. O projeto visa exatamente modernizar e democratizar essas regras no Senado.

Duas comissões permanentes a menos

Lobão propõe que o Senado tenha nove comissões permanentes, duas a menos que as atuais, e sugere que cada comissão tenha apenas uma subcomissão.

— Atualmente, a quantidade de comissões praticamente inviabiliza um trabalho racional, pois os senadores precisam estar em diversas reuniões simultaneamente — disse.

Na opinião dele, cada proposição deve passar apenas por uma comissão permanente, para análise do mérito, e pela CCJ, para avaliação de aspectos jurídicos e de técnica legislativa.

— Não podemos enviar projeto a toda comissão que tenha ligação com assuntos secundários. Isso praticamente inviabiliza o exame aprofundado — afirmou.

Lobão Filho propõe regras mais rígidas para cumprimento de prazos, com troca do relator que não concluir o voto no tempo estipulado.

Menos tempo para as lideranças partidárias

Para o Plenário, Lobão Filho quer limitar intervenções de lideranças, questões de ordem e palavras pela ordem. Com isso, ele acredita que o tempo será maior para os senadores que se inscrevem individualmente.

— Estou valorizando o senador que se vê impedido de falar porque líderes usam abusivamente do pedido de inscrição de liderança.

Para formalizar compromissos de convidados em audiências públicas, poderá ser adotado um termo de ajuste. A sugestão foi feita por Lindbergh Farias (PT-RJ).

Entre as competências do Senado, Lobão quer incluir a fiscalização do Sistema Tributário Nacional, medida recentemente aprovada pelo Plenário. Também quer institucionalizar as audiências com ministros nas comissões permanentes. Ele propõe ainda ampliar a fiscalização das agências reguladoras, com depoimentos anuais dos dirigentes.

O senador sugere que sejam explicitadas no Regimento Interno as competências da Mesa do Senado, estabelecendo as atribuições de seus membros e a previsão de reuniões semanais. Quer ainda a diferenciação entre as competências da Mesa e da Comissão Diretora.

Lobão mantém proposta de institucionalizar o colégio de líderes e propõe a criação do Colégio de Presidentes das Comissões Permanentes, acatando sugestão de Fernando Collor (PTB-AL). O relator observa que as reuniões desses colegiados terão caráter consultivo, permanecendo com a Presidência do Senado a competência de definir a ordem do dia.

Romero Jucá (PMDB-RR) classificou as propostas de “revolucionárias”.

— Será uma mudança forte, as propostas precisam ser colocadas em debate.

Jucá anunciou para os próximos 15 dias a apresentação do relatório.

Ganha urgência texto que suspende decisão do TSE sobre Câmara

O Plenário aprovou urgência ao projeto de decreto legislativo (PDS 85/2013) que suspende a recente decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de alterar o número de deputados federais por estado. Com isso, a proposta deve ser votada no Plenário na próxima semana, ficando dispensada de passar pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto, de Eduardo Lopes (PRB-RJ), determina que sejam suspensos os efeitos da decisão adotada pelo TSE em 9 de abril, que retirou uma vaga de Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, e duas vagas da Paraíba e do Piauí. O TSE também aumentou em uma vaga as bancadas do Amazonas e de Santa Catarina, em duas vagas as do Ceará e de Minas Gerais e em quatro vagas a bancada do Pará na Câmara.

O novo cálculo apresentado pelo TSE foi feito com base nos dados do Censo de 2010. Atualmente, a divisão das 513 cadeiras da Câmara dos Deputados tem por base a população dos estados em 1998. A decisão também atinge as assembleias legislativas estaduais.

Ana Amélia critica medida que prejudica partido de Marina

O projeto que impede a transferência do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV e dos recursos do Fundo Partidário a



Marcos Oliveira/Agência Senado

deputados que mudaram de partido durante o mandato foi criticado por Ana Amélia (PP-RR). Ela disse que a proposta (PL 4.470/2012) visa prejudicar o partido que está sendo criado pela ex-senadora Marina Silva, o Rede Sustentabilidade.

A proposta, do deputado Edinho Araújo (PMDB-SP), impede que um deputado ao ingressar em um partido recém-criado leve para a nova legenda o tempo de propaganda eleitoral correspondente à representação na Câmara.

— Devemos defender arduamente o direito dos novos partidos terem acesso ao tempo de TV e rádio. Não podemos aceitar um casuísmo de tamanha gravidade neste momento em que nos preparamos para o pleito de 2014 — afirmou.

Ana Amélia disse ainda ter conversado com Marina Silva, que vem se mobilizando para evitar que a proposta seja aprovada.

Saulo Casali Bahia, que teve a indicação para integrar o Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013–2015 aprovada ontem na CCJ, diz que PEC não é inconstitucional

Promulgação de PEC sobre 4 novos tribunais é decisão política, diz juiz

NÃO HÁ NENHUMA inconstitucionalidade na criação de tribunais por emenda constitucional, na avaliação do juiz federal Saulo Casali Bahia, que teve sua indicação para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no biênio 2013–2015 aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ontem. A indicação, feita pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), foi relatada por Pedro Taques (PDT-MT).

Segundo Casali, não há prazo legal para que o presidente do Congresso, Renan Calheiros, convoque sessão com a finalidade de promulgar a proposta que cria mais quatro tribunais regionais federais (TRFs). Aprovada na Câmara, a PEC 544/2002 cria os TRFs das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões, com sede em Curitiba, Manaus, Belo Horizonte e Salvador. A proposta foi alvo de críticas do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, que manifestou preocupação com o “gigantismo” do Judiciário.

Alguns parlamentares também sustentam que a medida é inconstitucional, pois a iniciativa de criação dos tribunais seria do Superior Tribunal de Justiça (STJ), por meio de projeto de lei. Na



Taques (E) foi relator da indicação na CCJ, em reunião presidida por Vital do Rêgo

sabatina, Casali observou que o artigo 96 da Constituição realmente atribui aos tribunais superiores a criação de outros tribunais, mas ressaltou que a possibilidade não é excluída pelo parágrafo 4º do artigo 60, que trata da elaboração de emendas constitucionais.

— Acho que não há qualquer inconstitucionalidade. O ex-presidente do STF, Ayres Britto também pensa assim. O próprio CNJ, em 2010, deliberou por 9 votos a 12 acelerar o processo de criação dos tribunais regionais federais por nota técnica, que acabou não sendo expedida porque dependia do Plenário — afirmou.

O STF também já examinou

medida cautelar em ação de inconstitucionalidade, em que vários votos consideraram a possibilidade de PEC regular a matéria, disse Casali. O juiz observou ainda que a PEC que originou a Emenda Constitucional 45/2004, da Reforma do Judiciário, não foi proposta pelos tribunais e ainda assim extinguiu os tribunais de alçada. Casali disse que há uma questão política na criação dos tribunais e apontou o uso de argumentos de política em uma decisão de natureza judiciária.

— Houve grande dissenso entre os órgãos de cúpula e de base do Judiciário em relação à criação dos tribunais. Até agora, o STJ foi insuficiente



Casali não considera inconstitucional a criação de tribunais por emenda

para conter essa pretensão. A proposta não saiu do Conselho de Justiça Federal. O STJ se divide a respeito. Terminou o Congresso aprovando a criação dos tribunais por três quintos.

Taques observou que a criação de tribunais por PEC realmente não ofende as cláusulas pétreas do artigo 60 da Constituição, mas discordou da posição do juiz.

— A Constituição estabelece o autogoverno dos tribunais, que deve ser consequência de sua independência. Logo, logo cada um vai querer um tribunal para chamar de seu — alertou.

Casali reiterou que a criação dos novos tribunais é uma questão política.

Casali, indicado ao CNJ, critica patrocínio em encontro de juízes

O patrocínio de encontros de juízes por entidades privadas e a atuação de filhos de magistrados em tribunais em que os pais trabalham foram criticados pelo juiz federal Saulo José Casali Bahia, que teve sua indicação para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovada ontem pela CCJ.

Na sabatina na comissão, Casali disse ser contrário a qualquer patrocínio de juízes por associações privadas, mas citou uma resolução do CNJ que o limitou em 30%, embora a proposta original previsse a abolição da prática.

— A decisão começou a ser aplicada, mas não impede que seja revista se os mecanismos de controle não forem suficientes ou eficientes. Não há necessidade desse patrocínio. Sou a favor de não ter patrocínio algum. Se colocar dinheiro, há risco de contaminar — afirmou.

Em relação ao “filhotismo”, termo usado por Casali para definir a atuação de filhos de magistrados em tribunais em que os pais trabalham, o juiz disse que “o problema é grave e de solução difícil”. O tema, segundo ele, poderia ser regulamentado pelo CNJ, “com algo que iria mais duro que as regras atuais”.

Professor de Direito Constitucional há mais de 20 anos, ele disse que a consolidação do CNJ é essencial para a correção dos atos do Judiciário, a melhoria do desempenho e eficiência dos órgãos.

Casali afirmou que sua atuação no STJ lhe deu oportunidade de mergulhar no universo da regulamentação em busca da eficiência dos serviços judiciários.

Renan: criação de TRFs ainda não está decidida

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que ainda não tomou nenhuma decisão com relação à promulgação da PEC 544/2002, aprovada na Câmara, que cria mais quatro Tribunais Regionais Federais — os das 6ª, 7ª, 8ª e 9ª Regiões.

A criação dos novos tribunais nos estados do Paraná,

Amazonas, Minas Gerais e Bahia é polêmica e gerou críticas recentes do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa. Além disso, alguns parlamentares sustentam que a medida é inconstitucional, porque a iniciativa de criação dos tribunais deveria ser do Judiciário, por meio de projeto de lei.

— Não há nenhuma definição com relação à promulgação dos TRFs. Alegam que existe um erro material e isso está sendo observado — disse o presidente do Senado.

A aprovação pela Câmara da PEC 544/2002 gera dúvidas sobre o que acontecerá com duas PECs semelhantes que tramitam no Senado. A

expectativa é de que a PEC 42/2012, que cria um TRF em Curitiba, e a PEC 86/2011, que cria um TRF em Manaus, sejam prejudicadas, já que esses tribunais estão previstos na proposta aprovada. Já a PEC 61/2012 e a PEC 46/2012, que criam TRFs em Fortaleza e Belém, ainda não contemplados, podem ser votadas.

Aprovado projeto sobre indicações para Conselho do MP

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) aprovou ontem projeto de lei (PLS 90/2013) sobre a forma de indicação dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público, quando forem oriundos do Ministério Público. Essas indicações, após serem feitas, terão de ser aprovadas pelo Senado.

A legislação atual determina que os procuradores-gerais de Justiça dos estados podem indicar três membros do Ministério Público dos estados para essas vagas. Já a proposta aprovada na CCJ, de autoria de Vital do Rêgo (PMDB-PB), estabelece que a indicação caberá ao Conselho Nacional de Procuradores-Generais.

O projeto contou com o apoio do relator da matéria, Sérgio Souza (PMDB-PR), que declarou que, com a mudança, está sendo normatizado o que já acontece na prática.

Acordos internacionais poderão tramitar em regime de urgência



pelo autor, Luiz Henrique (PMDB-SC, foto).

Pelo substitutivo, essas matérias poderão tramitar em regime de urgência a pedido do presidente da República ou por deliberação da Casa (Câmara ou Senado) em que estiver tramitando. A princípio, a iniciativa pretendia estabelecer competência privativa ao Senado — excluindo a Câmara. Para Viana, isso colocaria em risco a legitimidade do processo.

A CCJ aprovou ontem substitutivo à proposta de emenda à Constituição que acelera o exame de acordos internacionais (PEC 35/2011). A possibilidade de votação em regime de urgência foi a saída encontrada pelo relator, Jorge Viana (PT-AC), para combater a atual morosidade criticada

CCJ adia decisão sobre anistia a policiais e bombeiros do Ceará



votada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Cássio considerou pertinentes dúvidas a respeito da constitucionalidade. Segundo Pimentel, lei estadual homologou acordo entre o governo estadual e as categorias para anistiar os delitos administrativos. Agora, o objetivo é assegurar anistia a infrações previstas no Código de Conduta Penal Militar.

Por iniciativa de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), foi pedida vista coletiva de proposta de José Pimentel (PT-CE, foto) que concede anistia a policiais e bombeiros militares do Ceará envolvidos em greve no final de 2011 (PLS 76/2013). A matéria tem parecer favorável de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e será

Senado deve votar o projeto da Lei Geral das Religiões em maio

Proposta garantirá direitos equivalentes aos previstos no Estatuto Jurídico da Igreja Católica às demais religiões constituídas no país

AS LIDERANÇAS PARTIDÁRIAS decidiram votar o projeto da Lei Geral das Religiões em, no máximo, 30 dias. A proposta (PLC 160/2009) foi apresentada na Câmara para tratar de forma isonômica as diferentes religiões.

A iniciativa surgiu depois que o governo brasileiro assinou, em 2008, um acordo com o Vaticano, criando o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no país. O texto estabelece normas sobre ensino religioso, casamento, imunidade tributária para as entidades eclesásticas, prestação de assistência espiritual em presídios e hospitais, garantia do sigilo de ofício dos sacerdotes, entre outros temas. Também reforça o vínculo não empregatício entre religiosos e instituições católicas, ratificando regras já existentes.

Na avaliação de religiosos de denominações protestantes, o Estatuto da Igreja Católica gerou desequilíbrio no tratamento das religiões por parte do Estado. Foi acordado então que, tão logo o estatuto fosse aprovado no Senado, seria aprovada também a Lei Geral das Religiões, que garantirá



Para Lopes, é preciso tratar as crenças de forma isonômica

Pedro França/Agência Senado

direitos equivalentes aos previstos no estatuto às demais religiões constituídas no país.

Segundo Eduardo Lopes (PRB-RJ), no entanto, o acordo para votação da Lei Geral das Religiões não foi cumprido. Ele disse que o projeto está no Senado desde 2009 e duas audiências públicas já foram realizadas, mas a proposta não sai das comissões.

Lopes recolheu assinaturas para um requerimento de urgência que levaria a proposta de imediato para votação em Plenário. O pedido foi discutido ontem, mas os senadores decidiram dar mais um mês para a análise da matéria

nas comissões, sem votar o requerimento.

Atualmente, a proposta tem de receber parecer das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Econômicos (CAE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação, Cultura e Esporte (CE), sendo que nesta última já conta com relatório, favorável à aprovação.

Na CAS, o relator é Eduardo Suplicy (PT-SP), que pediu mais tempo para realizar uma terceira audiência, a fim de ouvir representantes do maior número possível de religiões e elaborar um relatório consistente.

O adiamento da urgência também foi defendido por José Pimentel (PT-CE), para quem uma discussão mais aprofundada do assunto daria aos senadores uma posição mais “madura” em relação à proposta. Assim, a decisão foi acertar a votação do texto em Plenário para meados de maio.

Eduardo Lopes cobrou uma definição rápida para a proposta.

— Vamos aprovar isso, por uma questão de isonomia. Não é divisão, não é discussão religiosa — argumentou.

Benefícios fiscais

A previsão de exame do projeto pela CAE foi questionada pelo líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP).

Jorge Viana (PT-AC), primeiro-vice-presidente da Casa, explicou que o projeto foi encaminhado à CAE, entre outras razões, por conceder benefícios fiscais às entidades religiosas.

Leia mais sobre o PLC 160/2009 e sobre intolerância religiosa no *Especial Cidadania* desta semana, em <http://bit.ly/Cidadania425>.

Paim recebe sugestões a projeto contra a homofobia

Representantes do Conselho Nacional de Combate a Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), órgão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, entregaram a Paulo Paim (PT-RS) sugestões ao projeto que inclui a homofobia entre os crimes punidos pela lei de racismo.

O senador é relator da proposta (PLC 122/06), que tramita na Comissão de

Direitos Humanos (CDH).

Paim afirmou que pretende elaborar um relatório que reflita o diálogo que manterá com todos os interessados no tema. Entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e organizações sindicais já anunciaram que apresentarão sugestões ao projeto.

— Vou trabalhar para que Senado e Câmara votem a matéria neste ano — disse.



Representantes de entidades anti-homofobia entregam sugestões a Paim (D)

Gerardo Menges/Agência Senado

Gurgacz pede maioria aos 16 em dois crimes

Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu a redução da maioria penal para 16 anos nos casos de crimes de homicídio doloso e roubo seguido de morte. Ele é autor de uma proposta que garante inimpugnabilidade apenas a quem tem 15 anos ou menos nesses dois crimes (PEC 74/2011).

— A medida é necessária para que haja a intimidação da prática desses crimes por menores de idade quando eles já têm pleno discernimento dos seus atos.

Segundo ele, pesquisas revelam que aos 16 anos os jovens são conscientes do que é certo e errado. Ele citou o juiz Alyrio Cavallieri, que no livro *Falhas do Estatuto da Criança e do Adolescente* defende a tese de que “a partir da tenra idade” os menores já sabem o que fazem.

Cassol sugere plebiscito sobre maioria

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu a realização de plebiscito nacional em 2014 sobre a redução da maioria



Pedro França/Agência Senado

penal de 18 anos para 16. O senador lembrou casos recentes de menores que cometeram homicídios e escaparam de punições mais duras devido à idade. Para ele, a legislação criminal precisa ser revista. A proposta (PDS 539/2012) tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

— Chegou a hora de consultarmos a sociedade.

Ele argumenta que a questão, por ser polêmica, tem sido evitada no Congresso, mesmo havendo clamor por parte da sociedade.

Mário Couto cobra apuração sobre Sudam

Mário Couto (PSDB-PA) voltou a cobrar ontem a apuração de denúncias de corrupção na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que, segundo ele, envolvem o nome de Jader Barbalho Filho.

Após apontar pessoas que teriam causado desfalques na entidade, Mário Couto afirmou haver “um que roubou mais que os outros”, citando a seguir o nome de Jader



Pedro França/Agência Senado

Barbalho Filho. O senador disse ter sido chamado de “fanfarrão” em reportagem do jornal *Diário do Pará*, do qual Jader Filho é diretor-presidente.

— Mandou colocar isso no seu jornal, que não vale nada, é fruto da corrupção. O jornal pertence ao povo do estado. O adjetivo de fanfarrão é muito menor que adjetivo que vou te dar — afirmou o senador.

Em seguida, Mário Couto

foi advertido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, de que não deveria usar termos insultuosos, por força do Regimento, e que esses termos seriam retirados das notas taquigráficas, o que de fato ocorreu.

O senador anunciou ter obtido apoio suficiente para solicitar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a Sudam mas, após as advertências, rasgou um documento em que estariam as assinaturas de 31 senadores.

Instalada comissão externa que investigará futebol paraense

A comissão externa que vai acompanhar a crise na Federação Paraense de Futebol elegeu ontem Mário Couto (PSDB-PA) como presidente e Ivo Cassol (PP-RO) como relator.

Hoje, juntamente com Ataídes Oliveira (PSDB-TO), eles iniciam os trabalhos da comissão em Belém. Os parlamentares irão tomar o depoimento do diretor do Departamento de Futebol

Profissional da Federação, Paulo Cesar da Rocha Romano. De acordo com Mário Couto, os clubes paraenses são obrigados a comprar passagens na agência de turismo de Romano.

Também serão ouvidos o presidente da federação, Antonio Carlos Nunes de Lima, e o tesoureiro do Departamento Financeiro e Administrativo da federação, Guilherme Ferdinand Salzer.

Comissão mista aprova MP que amplia oferta de bolsas do Pronatec

Programa de expansão e interiorização do ensino técnico profissionalizante contará com oferta da rede privada, a exemplo do Sistema S

EM REUNIÃO NA noite de ontem, a comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) do Pronatec aprovou o relatório do senador Paulo Bauer (PSDB-SC), favorável à matéria, com emendas. A MP segue agora, na forma de projeto de lei de conversão, para apreciação da Câmara dos Deputados e, depois, para análise do Senado.

A MP 593/2012 amplia a lista de beneficiários e ofertantes de bolsa-formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), passando a incluir instituições privadas de ensino superior. Anteriormente, apenas as redes municipais e estaduais de ensino público e os serviços nacionais de aprendizagem podiam oferecer bolsas pelo Pronatec. A alteração na lei permitirá ao governo repassar recursos às instituições públicas e privadas em valores



Paulo Bauer (D) discute relatório para a MP que amplia o Pronatec, ao lado dos deputados Izalci (C) e Ronaldo Zulke

proporcionais ao número de vagas, e não mais ao número de alunos atendidos.

Ajustes e negociações

Na reunião de ontem, antes da aprovação do relatório, Bauer e o presidente da comissão, deputado Izalci (PSDB-DF), conseguiram

chegar a um consenso com os deputados Afonso Florence (PT-BA) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) para deixar mais claro no texto da MP o envolvimento do Sistema S com o Pronatec. Assim, Bauer modificou o texto para não deixar dúvidas que as entidades do sistema

nacional de aprendizagem têm autonomia para criar cursos de ensino médio e de educação de jovens e adultos desde que sejam técnico-profissionais, com supervisão e avaliação dos estados, sem necessidade de autorização.

Antes da aprovação do relatório também foi debatida uma das emendas da deputada Carmen Zanotto (PPS-SC), que propunha que, mesmo recebendo o seguro-desemprego, o desempregado que estivesse frequentando cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional poderia contar esse tempo como de contribuição à Previdência Social, com recolhimento de 5% do seguro-desemprego.

Bauer e os integrantes do colegiado chegaram a acordo e não acolheram a emenda, para facilitar a aprovação do relatório. Ex-ministro da Previdência, o senador José Pimentel (PT-CE) prometeu negociar com o governo federal a possibilidade de a sugestão ser incluída na votação da MP na Câmara ou em futura MP. O deputado Afonso Florence acrescentou que o governo não poderia concordar com a aprovação da emenda neste momento por não saber do impacto orçamentário.

da educação de jovens e adultos (EJA) da rede pública, trabalhadores, beneficiários de programas federais de transferência de renda e estudantes que tenham concluído o ensino médio na rede pública ou, na condição de bolsista integral, na rede privada.

A proposta mantém o dispositivo que determina que o valor da bolsa-formação deve cobrir o custo total do curso por estudante, incluindo mensalidades, encargos educacionais e eventual custeio de transporte e alimentação, explicou Bauer.

O Ministério da Educação ficará responsável por regulamentar e fiscalizar as obrigações dos estudantes e das instituições de ensino, a transferência de cursos, o monitoramento

do programa, as exigências de qualidade acadêmica das instituições de ensino e os princípios de transparência e publicidade na execução do programa.

A MP também altera a legislação do Imposto de Renda das pessoas físicas para estabelecer que as bolsas recebidas pelos servidores das redes públicas de educação profissional, científica e tecnológica, no âmbito do Pronatec, não caracterizam contraprestação de serviços nem vantagem para o doador.

Por sugestão do relator-revisor, deputado Ronaldo Zulke (PT-RS), Bauer incluiu no texto dispositivo para que o Programa Caminho da Escola, de transporte escolar na zona rural, também possa atender estudantes da zona urbana e do ensino superior.

Jucá quer votar direitos de domésticas até dia 1º de maio

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou ontem que pretende apresentar nos próximos dias o parecer à comissão mista que regulamenta a ampliação dos direitos dos empregados domésticos. Ele espera votar a proposta antes de 1º de maio, Dia do Trabalho.

— Estamos construindo uma alternativa, mas temos de resolver algumas pendências, como a sobrecarga financeira em cima do empregador e a precarização do trabalho — explicou.

Segundo o senador, que tem debatido o assunto com o governo e com representantes de patrões e empregados, o objetivo será garantir o emprego dando às famílias condições de pagar pelo serviço doméstico e os encargos resultantes da contratação.

Além disso, Jucá busca regular as relações de trabalho de maneira clara, evitando conflitos na Justiça.

A comissão mista que trata do trabalho doméstico tem reunião marcada para hoje.

Comissão obrigatória para vendedores do comércio terá debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará audiência pública sobre a regulamentação do repasse de 4% sobre as vendas para trabalhadores do comércio, conforme projeto de Ruben Figueiró (PSDB-MS).

De acordo com o PLS 47/2013, o comerciário só não receberá tal percentual na hipótese de haver condição mais benéfica, fixada em convenção de trabalho.

O projeto também determina que o valor das comissões será considerado como parcela indenizatória, caso a soma do salário e demais vantagens ultrapasse o teto do salário do Regime Geral da Previdência Social. Isso, explicou Figueiró, evita aumento da carga tributária para as empresas.

A CAS também aprovou debates sobre participação de capital estrangeiro na assistência à saúde, permissão de planos de saúde com coberturas reduzidas e a aposentadoria especial para trabalhadores da construção civil.

Medida expande público beneficiado

No relatório, Bauer lembra que o Pronatec foi criado em 2011 com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio e de cursos de formação para trabalhadores. A União transfere às redes estaduais e municipais de ensino recursos referentes às bolsas-formação. Os professores também recebem ajuda financeira.

A MP permite que instituições privadas de ensino superior participem do Pronatec, explicou Bauer, por meio da bolsa-formação estudante. A medida também autoriza a concessão da bolsa para cursos profissionalizantes mesmo que não sejam simultâneos ao ensino médio. Também poderão ser atendidos alunos

Programa Jovem Senador adere às redes sociais

Em sua sexta edição, o Programa Jovem Senador criou uma página no Facebook para incentivar a participação dos estudantes no projeto. Os participantes também estão ajudando na divulgação, postando informações e fotos das experiências pessoais.

A seleção dos estudantes é feita por meio de um concurso de redação. O tema deste ano é “Buscar voz para ter vez: cidadania, democracia e participação”. Todos os estados escolhem um representante

para conhecer o Senado e participar de uma sessão plenária.

Outra novidade é a ampliação

para todas as séries do ensino médio. Antes, só alunos de 16 a 19 anos do segundo e do

terceiro ano podiam participar.

Reeleito para mais um mandato à frente da comissão que organiza o programa, Paulo Davim (PV-RN) afirmou:

— Mais do que aprender, os estudantes deixaram uma contribuição: apresentaram propostas que foram encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e estão tramitando.

No Facebook, basta digitar Jovem Senador. No Twitter, @jovensenador. (Com informações da Rádio Senado)



Brasil ainda tem “visão turva” sobre energia eólica, afirma especialista

Em audiência no Senado, debatedores disseram que o Brasil tem potencial para elevar produção de energia eólica, que não polui ambiente

UM DOS ARGUMENTOS que mais se costumam utilizar contra a energia eólica é que o vento é sazonal e intermitente. Para a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Elbia Melo, o Brasil precisa superar essa “visão turva” sobre a energia eólica.

O tema foi discutido ontem numa audiência pública realizada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O debate foi dirigido pelo presidente da CI, Fernando Collor (PTB-AL).

De acordo com Elbia, toda fonte que vem da natureza é sazonal e intermitente. O mesmo ocorre na geração de energia hidrelétrica, especialmente nas usinas construídas “a fio d’água” (sem reservatórios).

— Temos que acabar com esse mito da confiabilidade,



Elbia Melo, da ABEEólica, senador Fernando Collor e Adão Linhares Muniz, da RM Soluções em Infraestrutura

algo que ainda não está claro inclusive para os técnicos e para os formuladores de políticas públicas — afirmou.

O engenheiro Adão Linhares Muniz, diretor da RM Soluções em Infraestrutura, defendeu a diversificação da matriz energética do país. Segundo ele, o importante é harmonizar as

diversas fontes disponíveis, para garantir ao Brasil “um sistema forte e coordenado”.

Para os dois, existe complementaridade entre a hidrelétrica e a eólica, inclusive em razão de aspectos climáticos. A ocorrência de ventos é mais intensa nos períodos de estiagem, exatamente quando a

escassez de água pode afetar a produção hidrelétrica.

Entre os benefícios da energia eólica, eles destacaram os ganhos de renda nas localidades onde são implantados os parques (para cada megawatt instalado, 15 empregos são gerados) e a não emissão de gases de efeito estufa.

Turbina movida a vento responde por 2% da matriz energética nacional

No momento, a capacidade instalada em energia eólica no Brasil é de 2,69 mil megawatts, o equivalente a 2% da matriz energética nacional. A projeção é que até 2017 sejam 8,8 mil megawatts, 5% da matriz.

Os especialistas que participaram da audiência pública no Senado disseram que esse crescimento ocorrerá graças a projetos de novos parques eólicos, iniciados em 2009, quando se comprovou a produtividade dessa modalidade de energia e o governo federal realizou um leilão para contratar oferta.

Para Adão Muniz, a trajetória de crescimento pode ser mais

forte, mas ainda há contenção por parte do governo. Ele disse que há uma visão diferente em países como Espanha e Dinamarca, onde a geração de energia eólica está sendo preponderante.

— Não pode ter freio. Ao contrário, tem que ter um motor empurrando, pois se trata de energia com enorme potencial.

Elbia Melo considera indispensável desenvolver toda a cadeia produtiva, com desenvolvimento de equipamentos adequados à característica dos ventos do país. Outra questão é a capacitação da mão de obra, de técnicos a engenheiros.

Debatedor reclama de dificuldades para obtenção de licença ambiental

Adão Muniz apontou a necessidade de solução para a questão dos licenciamentos ambientais. Disse ser paradoxal haver dificuldades de licenciamento para a produção de energia limpa.

Ele apontou a falta de sincronia entre a implantação dos parques e das linhas de transmissão, problema que no momento impede o aproveitamento da energia produzida na Bahia. Ele discorda da solução estudada pelo governo para que os parques fiquem restritos a regiões onde já existam linhas.

— Nós é que temos de buscar a energia onde esteja a fonte,

assim como fazemos com a energia elétrica.

Lobão Filho (PMDB-MA) elogiou a “coragem” do Ministério de Minas e Energia em promover o leilão de 2009 para contratar energia eólica, quando os preços ainda estavam elevados. Disse que a iniciativa favoreceu investimentos e ganhos de produtividade.

Walter Pinheiro (PT-BA) salientou a necessidade de soluções mais rápidas nas questões de licenciamento ambiental:

— Não quero linha passando em cima de caverna. Mas, se há caverna, tem que se encontrar a solução.

Collor cobra início de recuperação de rodovia

O presidente da CI, Fernando Collor, cobrou o cumprimento, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), dos compromissos assumidos pelo diretor-geral do órgão, Jorge Fraxe, durante audiência pública realizada em março, e

apresentou relatório parcial das promessas feitas aos senadores na ocasião.

O primeiro desses projetos — o início das obras de recuperação da BR-429, em Rondônia, no trecho entre a BR-364 e o município de Costa Marques — já está atrasado com relação

ao prazo estipulado pelo Dnit, relatou Collor.

— A promessa feita à CI era de que as obras fossem iniciadas em 30 de março. A situação atual é de obras paradas e pontes não licitadas — disse.

O senador informou que prestará contas semanalmente,

aos integrantes da comissão, da atualização desses compromissos assumidos pelo Dnit. O relatório inclui obras de infraestrutura em outras dez rodovias do país e a apresentação de uma solução para a recuperação da BR-364 no Acre.

Prefeitura deve fazer obra subterrânea antes de asfaltar

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou ontem, terminativamente, projeto que determina às prefeituras implantar redes subterrâneas de serviço, como esgoto e distribuição de água e gás, antes de pavimentar as ruas, sob pena de não obter financiamento federal para calçar ou asfaltar vias públicas.

De Acir Gurgacz (PDT-RO), o PLS 119/2011 foi relatado por Aloysio Nunes (PSDB-SP) e vai à Câmara se não houver recurso para análise em Plenário.

— Não há porque fazer o asfalto, pavimentar a rua e depois arrebentar tudo para colocar esgoto, água e gás — disse Aloysio.

Raupp elogia estudos do governo sobre águas subterrâneas

Valdir Raupp (PMDB-RO) informou ontem ter recebido do Serviço Geológico do Brasil estudos sobre os aquíferos brasileiros. O senador disse que a iniciativa da empresa pública, ligada ao Ministério de Minas e Energia, merece elogios, já que permitirá o conhecimento mais detalhado dos aquíferos.

— Poderemos determinar tendências de longa duração, conhecer melhor suas origens e estabelecer as providências necessárias para fazer com que possamos desfrutar, de forma sustentável, dessa fantástica riqueza estocada em nosso país, que é a água — afirmou.

Raupp também comemorou a aprovação, pelo Senado, do Estatuto da Juventude.



Pedro Franço, Agência Senado



Valdir Raupp, Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Presidente da comissão que analisa a medida provisória, Ana Rita ouve representantes da indústria e do governo

Para Fiesp, desoneração na cesta básica reduz inflação

Representante das indústrias explica que queda ocorre porque alimentos e derivados são responsáveis por 40% do índice inflacionário

A FEDERAÇÃO DAS Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) acredita que a isenção de tributos federais para novos produtos da cesta básica pode reduzir a inflação em meio ponto percentual. Ontem, em audiência pública da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 609/2013, que reduz a zero as alíquotas, o gerente do Departamento de Agronegócio da Fiesp,

Antonio Carlos Costa, explicou que essa queda ocorre porque alimentos e derivados respondem por cerca de 40% do índice inflacionário.

A MP estende a alíquota zero de PIS-Pasep e Cofins a todos os tipos de carnes, café, óleo, manteiga, açúcar, papel higiênico, pasta de dente e sabonete. Os demais produtos da cesta — arroz, feijão, farinhas, pão comum, massas alimentícias, leite e queijos — já são isentos desde 2004.

O coordenador de Tributos sobre Produção e Comércio Exterior da Receita Federal, João Hamilton Rech, advertiu que o comércio não está repassando

toda a isenção. O presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura do Ministério da Agricultura, Marco Antônio dos Santos, considera importante incluir o suco de laranja natural na desoneração. Rech ponderou que é preciso avaliar o impacto das desonerações.

O relator da MP, deputado Edinho Araújo (PMDB-SP), prometeu analisar as sugestões, mas concorda com a necessidade de avaliar o impacto.

— Vamos ouvir os integrantes da comissão e do governo. A comissão é presidida pela senadora Ana Rita (PT-ES).

(Da Agência Câmara)

Cyro Miranda critica falta de controle inflacionário



Cyro Miranda (PSDB-GO, foto) apontou permissividade com a inflação e disse que o indicado seria fazer ajustes nos gastos e a reforma tributária, mas o governo vai reduzir metas fiscais em até 70%. A medida, disse, tem cunho eleitoral.

— A luta pelo poder não pode colocar interesses eleitorais e partidários acima dos objetivos comuns da nação — afirmou.

Em apertes, Cícero Lucena (PSDB-PB) falou sobre a diminuição do poder de compra e Aloysio Nunes (PSDB-SP) afirmou que o país vem gerando empregos de baixa qualificação.

Alfredo Nascimento cobra controle de preços

Alfredo Nascimento (PR-AM) cobrou ação do governo para controlar o preço dos alimentos, apontando a necessidade de investimento para reduzir o efeito dos fatores climáticos e melhorar a logística do país. Ele lamentou que o Amazonas

tenha registrado aumento de mais de 27% nos itens essenciais de alimentação em 12 meses.

— Não podemos aceitar que uma família do Amazonas, formada por apenas quatro pessoas, pague R\$ 1 mil por uma cesta básica.

Para o senador, o custo do frete tem influenciado o aumento nos preços dos alimentos.



Comissão vota isenção em participação nos lucros

Por falta de acordo, foi transferida de ontem para hoje a votação do relatório do

deputado Luiz Alberto (PT-BA) à Medida Provisória 597/2012, que isenta de Imposto de Ren-

da parte do dinheiro recebido pelos trabalhadores como participação nos lucros das empresas.

O relatório foi lido ontem na comissão mista que analisa a MP. Luiz Alberto manteve a tabela que estabeleceu o limite de R\$ 6 mil em participações para isenção do imposto. Segundo o deputado, esse patamar alcança 60% dos beneficiários. Para quem obteve de R\$ 6.000,01 a R\$ 9 mil em participações, a alíquota de contribuição é de 7,5%. De R\$ 9.000,01 a R\$ 12 mil, de 15%. De R\$ 12.000,01 a R\$ 15 mil, de 22,5%. Acima de R\$ 15 mil, de 27,5%. (Com informações da Agência Câmara)



Deputado Luiz Alberto, relator da MP, conversa com senador Inácio Arruda

Aprovada criação de área de livre comércio em Santarém

Localizado no oeste do Pará, o município de Santarém, com 300 mil habitantes, pode se transformar em uma área de livre comércio. É o que prevê projeto (PLS 143/2010) de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) e enviado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O texto prevê que as mercadorias estrangeiras enviadas para a Área de Livre Comércio de Santarém terão isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) quando forem destinadas a consumo interno na área, beneficiamento de recursos e matérias-primas,

processamento industrial, operação do turismo, agricultura, piscicultura, estocagem para venda no mercado externo e quando se tratar de bagagem de viajantes, dentro de determinados limites.

O objetivo, segundo Flexa, é estimular o desenvolvimento da região, com a atração de indústrias, a geração de empregos e o aproveitamento das potencialidades locais. O relatório favorável à matéria é de Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Atualmente, o Brasil já tem áreas de livre comércio nos municípios de Brasília (AC), Cruzeiro do Sul (AC), Pacaraíma (RR), Bonfim (RR), Guajará-Mirim (RO) e Tabatinga (AM).

Mais um colegiado quer opinar sobre mudanças no ICMS

O presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), disse que vai pleitear junto à Mesa do Senado que a reforma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) seja votada também pelo colegiado. Atualmente, está prevista apenas a votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na CDR ontem, Valadares ouviu pedido de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para que apoiasse a ideia.

— A definição de novas regras para as alíquotas do ICMS tem impacto absolutamente diferente em cada região do país — disse Ferraço, que já encaminhou requerimento à Mesa para



Valadares vai pleitear que projeto seja votado também pela CDR

que a discussão sobre o projeto (PRS 1/2013) seja aprofundada.

A proposta, de autoria do Executivo, unifica gradativamente, até 2025, as alíquotas interestaduais de ICMS. Substitutivo de Delcídio do Amaral (PT-MS), no entanto, estabelece exceções e adianta a conclusão da transição para 2021.

Vanessa apoia substitutivo de Delcídio para reforma do imposto

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) manifestou ontem em Plenário apoio ao substitutivo de Delcídio do Amaral (PT-MS) ao projeto de reforma do sistema de cobrança do Imposto sobre



em que a alíquota deve ficar em 7% até 2018.

— Pela proposta de Delcídio serão mantidas as vantagens comparativas fundamentais, imprescindíveis para a manutenção e fortalecimento da Zona Franca de Manaus — disse.

Vanessa Grazziotin mencionou ainda a apreciação, ontem, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), de ação impetrada pelo estado do Amazonas contra a Petrobras, solicitando o aumento da alíquota de ICMS aplicada à venda de gás natural produzido no estado.

Vanessa elogiou a proposta de unificação em 4% nas operações interestaduais, com exceção para produtos industriais e agropecuários produzidos nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Espírito Santo, locais

Portos terão mais eficiência com fiscalização 24 horas, diz relator

Eduardo Braga apresentou ontem um novo texto para a MP dos Portos, com 137 emendas. Texto deverá ser votado na semana que vem

O RELATOR DA MP 595/2012, Eduardo Braga (PMDB-AM), apresentou ontem um novo texto para a chamada MP dos Portos, no qual acolhe 137 das 645 emendas sugeridas por parlamentares. A discussão do texto começará na terça-feira. A votação será na quarta. A MP, que passará pela Câmara e pelo Senado, deve ser aprovada até 16 de maio, quando perde a validade.

Uma das emendas acolhidas por Braga determina que os serviços públicos de fiscalização e controle necessários à importação ou à exportação sejam prestados 24 horas por dia, em horário corrido e coincidente com a operação de cada porto, inclusive aos domingos e feriados. Pelo texto, os horários poderão ser alterados por ato do Executivo, se não houver prejuízo à operação portuária e à segurança nacional. A mudança era pedida por deputados e senadores.

— Teremos redução do tempo de desembarço de cargas, aumentando a competitividade

dos portos organizados e reduzindo custos — argumentou.

Segundo Braga, seu projeto de lei de conversão dá ao governo condições de melhorar a gestão nos portos e atende boa parte das reivindicações de estados, empresários e trabalhadores portuários.

— A medida pode fazer com que o Brasil dê um passo definitivo entre os países que se preparam para o futuro — afirmou ele, em discurso.

Terminais

O principal ponto defendido pelo governo — a eliminação de restrições para que os terminais de uso privativo (TUPs) movimentem cargas de terceiros — foi mantido. Por outro lado, o relator modificou os critérios que deverão nortear as licitações de novos terminais, tanto públicos quanto privados, passando a privilegiar a maior eficiência, com a menor tarifa. Antes, a MP estabelecia como critério a maior movimentação de cargas, com menor tarifa.

Outra alteração assegura aos TUPs que movimentarem apenas carga própria (os chamados terminais-indústria) a dispensa do processo seletivo denominado chamada pública, que autoriza o funcionamento desse tipo de terminal.

O relatório deixa claro que a possibilidade de a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) obrigar o arrendatário a movimentar cargas de terceiros tem caráter excepcional. Para os novos terminais licitados dentro dos portos organizados (públicos), ele conservou o modelo de exploração mediante concessão.

O texto altera a MP para impedir armadores internacionais (donos de navios) de controlar as pontas da cadeia logística (frete marítimo e operação portuária) — companhias com mais de 5% de participação societária em empresas de navegação (armadores) não podem participar de licitação para arrendamento ou obtenção de autorização para operar TUPs. (Da Agência Câmara)

Braga mantém política portuária centralizada

No relatório apresentado ontem, Eduardo Braga manteve o dispositivo que centraliza a realização de licitações e a formulação de diretrizes para os portos na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e na Secretaria Especial de Portos (SEP).

O novo texto, no entanto, permite que a União atribua a estados ou municípios que tenham recebido delegação para a exploração de porto a elaboração do edital e a realização de licitação para arrendamentos. A manutenção da autonomia estadual na gestão portuária é uma das reivindicações do governador Pernambuco, Eduardo Campos. Durante a apresentação do parecer, Braga deixou claro, porém, que a aprovação final do projeto de um novo terminal continua com o governo federal, por meio da SEP.

Apesar de concordarem com a maioria dos pontos, representantes dos trabalhadores portuários afirmam que ainda vão analisar o texto do projeto para confirmar de que forma as reivindicações foram acolhidas.

Pelo novo texto, foi mantida a atuação dos órgãos gestores de mão de obra (Ogmos) apenas nos portos públicos. (Da Agência Câmara)



Lindbergh Farias, presidente da Comissão de Assuntos Econômicos

CAE designa integrantes de quatro subcomissões

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), anunciou na terça-feira a composição de quatro subcomissões permanentes: a de Avaliação do Sistema Tributário Nacional, a das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedor Individual, a dos Temas Estruturais e de Longo Prazo da Economia Brasileira e a de Assuntos Municipais.

As três primeiras são compostas por cinco titulares e cinco suplentes, enquanto a última é formada por nove titulares e nove suplentes.

João Alberto celebra aniversário de 93 anos de Bacabal

João Alberto Souza (PMDB-MA) comemorou os 93 anos de emancipação política de Bacabal (MA). Localizado a 245 quilômetros de São Luís, o município tem, segundo ele, perspectiva de crescimento acelerado nos próximos anos.

— É um momento importante: são 93 anos de independência, de união da sociedade e de sucesso — afirmou.

O senador disse que o município ocupa o segundo lugar na produção de feijão no estado, além da 54ª posição no ranking dos PIBs e 53ª posição na geração de empregos entre os 217 municípios maranhenses. O desenvolvimento de Bacabal, acentuou João Alberto, beneficia a população dos municípios vizinhos.

O senador deu os parabéns aos políticos locais e à população, que sempre lutou pelo desenvolvimento do município.

— Hoje, Bacabal é o lugar para se investir, para se viver.



Pedro França/Agência Senado



Senador Eduardo Braga, deputado José Guimarães e senador José Pimentel na comissão que analisa a MP dos Portos

Ministro nega monitoramento de estivadores pela Abin

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general José Elito Carvalho Siqueira, negou o monitoramento de trabalhadores portuários contrários à MP dos Portos (MP 595/2012) pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin), conforme revelado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 4 de abril.

Na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, Elito afirmou que o monitoramento de portos é uma tarefa institucional feita diariamente pela Abin há anos, e destacou que o órgão monitora temas, não indivíduos.

— É uma análise que visa a uma assessoria, não a investigar ninguém — destacou.

Elito negou a infiltração da Abin no Porto de Suape, em

Pernambuco. O documento publicado pelo *Estado de S. Paulo*, segundo ele, é apenas uma coletânea de informações já publicadas na imprensa, não um relatório de inteligência.

— O documento apenas mostra uma preocupação que não podíamos deixar de ter, e todos os ministérios diretamente ou indiretamente envolvidos estavam tendo, de uma provável paralisação total nos portos desse país — disse.

O ministro do GSI leu trecho do memorando que revela que os objetivos da Abin eram identificar as principais demandas por parte de empresários e de trabalhadores do setor portuário em cada estado e informar, se possível, medidas governamentais e legais que poderiam ser elaboradas para minimizar as consequências

de uma possível paralisação.

— Não houve equipe de infiltrados, a Abin não possui equipamento de vigilância israelense e não foi feita operação no Porto de Suape — resumiu.

Elito afirmou que a Abin



General Elito explica que objetivo foi "evitar um caos se houvesse greve"

não atua de improviso, mas nos limites do que prevê a Lei 9.883/1999, que criou o órgão. Ele explicou que a missão do sistema de inteligência é acompanhar, avaliar e informar possíveis problemas institucionais ao país.

O diretor-geral da Abin, Wilson Roberto Trezza, ressaltou que a agência tem como valor institucional atuar de maneira apolítica e apartidária.

Respondendo a Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Elito afirmou que a inteligência de Estado só é realmente efetiva em uma democracia e destacou que os grandes países democráticos do mundo valorizam esse trabalho. Ferraço opinou que a atuação da inteligência ainda é carregada de preconceitos devido a excessos cometidos durante o regime militar.